

LÁZARO DE MELLO BRANDÃO*

Concordo inteiramente com Piero Sierra que, em seu artigo "A Confiança Empresarial", definiu ser a primeira condicionante de um programa salutar econômico a manutenção, no tempo, da regra justa. Para o Sistema Bancário, a mudança brusca das regras do jogo inviabiliza todo um processo de trabalho que visa ao crescimento gradual dos negócios.

Entendo que a questão fundamental em relação ao nosso tema está em adequar nossa necessidade de poupança interna pública e privada, sem nos esquecermos da grande importância de poupança externa, de forma que possam financiar o nosso desenvolvimento.

Com relação à poupança interna, torna-se urgente a criação de mecanismos que permitam a formação de poupança de médio e longo prazos (hoje concentrada no curto prazo), capazes de gerar recursos para investimentos.

A primeira providência importante seria a desvinculação da LBC como indexador econômico. A LBC deve ser utilizada, apenas, como instrumento de política monetária, oferecendo rendimentos líquidos menores, pois as empresas e os investidores pessoas físicas só devem utilizar-se da mesma em períodos curtos, em picos de caixa. Rendimentos líquidos maiores só devem ser obtidos com investimentos de médio ou longo prazo. Dessa maneira punir-se-ia o investimento de curto prazo e premiar-se-ia o de longo prazo.

É necessário que permaneça o sistema de juros reais positivos na economia. É importante que o investidor saiba que, mercê do seu trabalho, poderá poupar, mas com taxas que, efetivamente, vão remunerá-lo.

Para aumentar a receita pública, sou de opinião que se deva aperfeiçoar a máquina arrecadora do Estado, visando à sua maior eficiência e, ao mesmo tempo, à redistribuição do peso da carga tributária de forma mais justa para com toda a sociedade. Faz-se mister, também, uma reforma tributária que permita maior desconcentração dos recursos arrecadados em âmbito federal, em prol dos estados e municípios. Tais providências, aliadas à racionalização do funcionamento da máquina estatal em todos os seus níveis, certamente permitiriam a diminuição

do nosso déficit público, que, por sua vez, deveria ser financiado preferencialmente por títulos com vencimento de longo prazo.

Importantíssima, também, para a formação da poupança interna, é uma postura mais favorável em relação ao lucro das empresas. Deve-se adotar incentivos, inclusive tributários, para que as empresas possam obter maior desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, um aumento de produtividade, tornando-as mais competitivas e mais rentáveis. Para que isso ocorra, é imprescindível que a economia brasileira funcione como um sistema de livre mercado, onde não existam tabelamentos, congelamentos e demais interferências abruptas na economia, por parte do governo.

Simultaneamente ao desenvolvimento da poupança externa, há que se dar especial atenção à captação de poupança interna. É extremamente desejável que um país em desenvolvimento, como o nosso, conte com fontes externas de poupança.

Para tanto, entendo que o restabelecimento das negociações com nossos credores é necessário para que possamos contar novamente com o apoio externo.

A definição de normas que venham a estimular a conversão da dívida externa em capital de risco também deve ser abreviada, uma vez que os recursos oriundos da conversão em futuro próximo poderão propiciar a retomada dos investimentos em grande escala, principalmente por parte da iniciativa privada.

Acredito que o lançamento do Fundo Brasil, junto aos investidores externos, é também uma iniciativa louvável, apesar de o volume inicial a ingressar ser relativamente pequeno.

Já me adiantei sobre dois aspectos fundamentais do tema, ou seja, o estímulo à poupança interna e a canalização para o Brasil da poupança externa. Cabe, agora, falar do próprio crescimento econômico, que, segundo entendo, deve ter como um dos principais pontos de alavancagem o mercado externo, o que significaria a necessidade de um aumento substancial de nossas relações de trocas com o Exterior.

Entendemos que uma política de incentivos ao incremento das exportações, através de linhas de crédito atraentes, aliada a taxas cambiais favoráveis, poderia incentivar investimentos internos, principalmente aqueles voltados à exportação, o que, paralelamente,

possibilitaria o fortalecimento do mercado interno, aumentando assim a renda nacional.

Para alicercar a implantação de novos investimentos no País, a meu ver, três fatores são fundamentais:

I) **Estímulo à reinversão de lucros** — Uma postura mais favorável com relação à obtenção de lucros certamente levará as empresas a ter maior interesse no seu reinvestimento, o que lhes permitirá um crescimento mais sólido e saudável, provocando uma rápida capitalização.

II) **Estímulo à possibilidade de captação de recursos via Bolsa de Valores** — As Bolsas de Valores têm um papel muito importante, desde que: sejam definidas regras mais estáveis, existam estímulos à formação de poupança, o governo adote uma postura privatizante, estimule-se a entrada do capital estrangeiro (com regras que impeçam a desnacionalização da economia) e haja maior aperfeiçoamento e mecanização dos processos burocráticos de negociação das ações.

Estímulos fiscais à abertura do capital das empresas podem ser ampliados e os recursos dos investidores institucionais devem ser prioritariamente canalizados para a iniciativa privada. Os bancos de investimentos também devem ter maiores estímulos para participar diretamente do capital das empresas.

III) **Linhas de empréstimos ou debêntures a prazos e taxas compatíveis** — Na atualidade, a rigor, somente os bancos estatais de desenvolvimento dispõem de recursos para realizar empréstimos em moeda nacional, a longo prazo. Com a dilatação dos prazos da poupança interna, também os bancos privados poderão realizar empréstimos de longo prazo. Acredito ainda que a rede bancária privada deva ser melhor utilizada para o repasse de recursos governamentais, no que tange a financiamentos que tenham como objetivo a realização de investimentos fixos na área industrial e, principalmente, na área rural, com vistas ao aumento da produtividade no campo e, também, a expansão da capacidade de estocagem da nossa produção agrícola.

Para finalizar, gostaria de expressar a síntese do meu pensamento, que é o apoio irrestrito ao fortalecimento da iniciativa privada, fator indispensável para a aceleração do crescimento econômico brasileiro.

* Lázaro de Mello Brandão é presidente do Bradesco

ESTADO DE SÃO PAULO